

16. CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS-PROGRAMA:

1- Da Divisão do Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica – Gabinete de Saúde, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a celebração das seguintes minutas dos contrato-programa de desenvolvimento desportivo:

a) Município de Braga e Clube de Ténis de Braga, que tem por objeto a promoção e dinamização da modalidade de Ténis no concelho de Braga, através da cedência do Polidesportivo de Arcos (S. Paio), fomentando desta forma o aumento do número de atletas federados na respetiva modalidade, na sua vertente competitiva, assim como o volume de praticantes informais, nos termos da parte F-título II do Código Regulamentar do Município de Braga.

Tudo conforme proposta e respetiva minuta, que vai em anexo.

b) Município de Braga e a Associação de Atletismo de Braga, que tem como finalidade apoiar a realização do Meeting de Braga e de um Meeting de Pista Coberta, bem como apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, procedendo ao pagamento das inscrições dos atletas do Clube de Atletismo Bracara e do Clube Desportivo e Cultural de Priscos, na respetiva associação da modalidade, tendo como finalidade competir nas provas associativas e federadas, nos termos da parte F- título II do Código Regulamentar do Município de Braga. Tudo conforme proposta e respetiva minuta, que vai em anexo.

A -> do Estmo
2109.29
[Signature]

Nº Informação: 26753

Data: 23/04/2021

Assunto: Proposta para Apoio Não Financeiro

O Polidesportivo dos Arcos (S. Paio) é uma instalação desportiva municipal de âmbito formativo, localizada na União de Freguesias de Lomar e Arcos (S. Paio);

Face à sua localização periférica, mesmo no contexto da União de Freguesias, este polidesportivo apresenta ocupações extremamente residuais de prática desportiva.

Considerando que:

- a) O Polidesportivo dos Arcos (S. Paio) possui características infraestruturais e técnicas que permitem a prática da modalidade de ténis;
- b) A modalidade de ténis, de acordo com as análises mais recentes, possui índices de procura substancialmente superiores à realidade da oferta infraestrutural existente, sobretudo com enquadramento técnico;
- c) O Clube de Ténis de Braga é uma coletividade desportiva, com sede no concelho de Braga, que promove um trabalho muito meritório e exemplar no desenvolvimento da modalidade de ténis no concelho de Braga;
- d) Os índices de procura junto desta coletividade, excedem os limites infraestruturais das suas instalações próprias.

Assim, considerando as atribuições dos Municípios, de acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º, alínea u), propõe-se a celebração de um Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que objetive a cedência do Polidesportivo de Arcos (S. Paio), junto do Clube de Ténis de Braga, com o RECAM 38/2014, pessoa coletiva 500802190, com sede Rua Cândido de Oliveira nº 80 R/C, São Victor 4715-012, afetando-o ao desenvolvimento da modalidade de ténis no concelho de Braga e à dinamização desta instalação desportiva, podendo corresponder a um apoio não financeiro no valor máximo de 21.900,00€, regulado pelo contrato anexo a esta proposta.

À consideração superior,

MINUTA
CONTRATO-PROGRAMA
DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do **Município de Braga**, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: _____ em representação da **CLUBE DE TÉNIS DE BRAGA**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva n.º 500 802 190, com sede na Rua Cândido de Oliveira, nº 80 R/C, 4715-012 Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª
(Objeto)

Constitui objeto do presente contrato-programa, a promoção e dinamização da modalidade de ténis no concelho de Braga, através da cedência do Polidesportivo de Arcos (S. Paio), fomentando desta forma o aumento do número de atletas federados na respetiva modalidade, na sua vertente competitiva, assim como o volume de praticantes informais.

Cláusula 2.ª
(Obrigações da ENTIDADE)

Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

1. Registrar-se/manter o registo atualizado no Registo das Entidades Candidatas a Apoio Municipal (RECAM);
2. Cooperar com o Município de Braga no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa;
3. Responsabilizar-se pela correta utilização do Polidesportivo de Arcos (S. Paio), cumprindo e informando os seus utentes da necessidade de cumprir integralmente as regras definidas e em vigor;
4. Promover a manutenção corrente da instalação cedida;

5. Colaborar em atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**, ao nível da promoção e desenvolvimento da modalidade de ténis;
6. Assegurar o seguro de acidentes pessoais, junto dos seus utentes, de acordo com a legislação em vigor;
7. Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem que estar de acordo com a lei em vigor;
8. Disponibilizar gratuitamente três (3) horas semanais com acompanhamento técnico, em horário laboral, para a frequência de utentes do **Centro Municipal de Desporto Adaptado**, previamente identificados e inscritos;
9. Apresentar ao **MUNICÍPIO**, com periodicidade anual, o respetivo plano e relatório de atividades, bem como o regulamento interno da **ENTIDADE**;
10. Efetuar pontualmente torneios de ténis, abertos a toda a comunidade, comunicados antecipadamente ao **MUNICIPIO**;
11. Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação.

Cláusula 3.^a

(Cedência de Utilização de Instalações Desportivas Municipais)

1. O **MUNICÍPIO** é proprietário do Polidesportivo de Arcos (S. Paio), registado na 1.^a Conservatória do Registo Predial de Braga, pelo n.º 00250;
2. O **MUNICIPIO** cede a utilização do Polidesportivo de Arcos (S. Paio) e a sua manutenção corrente à **ENTIDADE**;
3. O **MUNICIPIO** informará através de comunicação prévia de oito (8) dias, da intenção de utilizar a instalação cedida neste contrato-programa, para fins que o Município de Braga delibere como necessários para a realização de eventos/atividades desportivas;
4. A cedência de utilização da referida instalação por parte do **MUNICIPIO** pode corresponder a um apoio não financeiro no valor máximo de 21.900,00€ (vinte e um mil e novecentos euros).

Cláusula 4.^a

(Afetação e Gestão da Instalação)

1. A Instalação Desportiva em causa, no âmbito do presente contrato-programa, é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**;
2. A gestão do denominado na cláusula 3.^a é da responsabilidade da **ENTIDADE**, que se obriga a mantê-los afetos aos fins referidos neste contrato-programa e a geri-los de forma zelosa e responsável.

Cláusula 5.^a
(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste contrato-programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.^a
(Vigência e Rescisão Unilateral)

1. O presente contrato-programa terá a duração do ano civil de 2021.
2. O presente contrato-programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume.

Cláusula 7.^a
(Revisão do Contrato-Programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 8.^a
(Contencioso do Contrato-Programa)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Dr. Ricardo Rio)

Nº Informação: 21303

Data: 11/05/2021

A 16 Junho
2021
[Signature]

Assunto: Pedido de apoio na área desportiva

A Associação de Atletismo de Braga, pessoa coletiva n.º 501623744, com sede no Estádio 1º de Maio, Parque S. João da Ponte, 4715-053, São José de São Lázaro e São João do Souto, Braga com o RECAM 77/2014, solicita ao Município de Braga um pedido de apoio financeiro, para a época desportiva 2020/2021, no valor de 8.500,00€ (oito mil e quinhentos euros).

O pedido de apoio financeiro é apresentado em conformidade com o modelo publicado no site do Município (Anexo III, Anexo IV e minuta de contrato). No que respeita ao prazo, é de referir que face à pandemia que forçou por tempo indeterminado a atividade normal das modalidades desportivas (treinos e competições), o pedido de apoio apenas é agora apresentado.

O presente apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

O presente pedido de apoio financeiro visa apoiar a realização do Meeting de Braga, que realizar-se-á no próximo dia 20 de junho de 2021, na pista do Estádio 1º de Maio, sendo dirigido aos atletas de alta competição, onde terá a participação de alguns dos melhores atletas portugueses da atualidade e vários atletas estrangeiros de grande nível, bem como um Meeting de Pista Coberta. Este apoio financeiro pretende ainda, apoiar o pagamento das inscrições dos atletas de formação que se encontram filiados na Associação de Atletismo de Braga, do Clube de Atletismo Bracara e do Clube Desportivo e Cultural de Priscos.

Assim, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município a celebração de um contrato-programa, com a Associação de Atletismo de Braga, pessoa coletiva n.º 501623744, com sede no Estádio 1º de Maio, Parque S. João da Ponte, 4715-053, São José de São Lázaro e São João do Souto, Braga com o RECAM 77/2014, para a época desportiva 2020/2021, no valor de 8.500,00€ (oito mil e quinhentos euros).

À consideração superior,

MINUTA CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: em representação da Associação de Atletismo de Braga, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva de direito privado, dotada de utilidade pública, contribuinte fiscal n.º 503331406, com sede no Parque da Ponte, 4715-053, na cidade de Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado em 7 de dezembro de 2006, atualmente o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II, da parte F, do **Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto**, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar a realização do Meeting de Braga e de um Meeting de Pista Coberta, bem como apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, procedendo ao pagamento das inscrições dos atletas do Clube de Atletismo Bracara e do Clube Desportivo e Cultural de Priscos, na respetiva associação da modalidade, tendo como finalidade competir nas provas associativas e federadas.

Cláusula 2.ª (Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

- a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do

presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;

- b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até termino do contrato;
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;

Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de **8.500,00 €** (oito mil e quinhentos euros).
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%, podendo, caso se justifique, ser anexado um cronograma financeiro, bem como que documentos devem ser apresentados para comprovar a realização da atividade ou da despesa.

Cláusula 4.^a
(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.^a
(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.^a
(Gestão e destino dos bens adquiridos ou construídos)

A gestão das infraestruturas e dos equipamentos referidos na cláusula 1.^a é da responsabilidade da **ENTIDADE**, que se obriga a mantê-los afetos aos fins referidos neste contrato-programa e a geri-los de forma zelosa e responsável.

Cláusula 7.^a
(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre na Época Desportiva 2020/2021 com início em 01.08.2020 e termina a 31 de julho de 2021.

Cláusula 8.^a
(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 9.^a
(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente

impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 10.^a
(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em Braga, _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Dr. Ricardo Rio)